

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2017

Índice

1.	O Mercado Segurador.....	4
2.	A Orgânica da Empresa.....	5
3.	Evolução de Negócios	6
4.	Perspetivas para o Ano de 2018	6
5.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	7
6.	Documentos Legais.....	7
7.	Balanço	8
8.	Demonstração de Resultados.....	11
9.	Anexo ao Balanço e á D.Resultados.....	13
11.	Relatório de Gestão	34
12.	Variações de Capital	40
13.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	42
14.	Certificação Legal de Contas.....	44

Nota Introdutória

No seguimento do previsto no Contrato de Sociedade e com as disposições legais aplicáveis de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Administração da REDE-Corretores de Seguros, S.A., vem, por este meio, colocar á consideração da Assembleia Geral e dos seus respetivos Acionistas, os seguintes documentos:

- ✓ Relatório de Gestão, relativo ao ano económico de 2017;
- ✓ Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Período.

1. O Mercado Segurador

Tal como no ano de 2016, no ano de 2017, o mercado segurador nacional continua a passar por várias alterações fruto da legislação Solvência II e da introdução da Diretiva de Distribuição de Seguros. A nova legislação veio gerar aquisições entre seguradoras, reduzindo os players de mercado e, ao mesmo tempo exigindo um maior profissionalismo da mediação.

A par da legislação, denota-se claramente uma recuperação do poder de compra, assim como a procura de produtos complementares aos até agora mais comuns e também de soluções diferenciadoras.

A nível de sinistralidade permanecem os aumentos de sinistralidade transversalmente em todos os ramos de seguros, os quais mereceram, com predominância os seguros de Acidentes de Trabalho, ajustamento de prémios por parte das diversas seguradoras (face às exigências de solvência). No entanto, estes ajustamentos geram procura de alternativas no mercado e maior volatilidade de clientes e, por isso, também mais oportunidades de negócio.

2. A Orgânica da Empresa

A administração da nossa empresa, congratula-se que, no ano de 2017 aumentou o seu crescimento face aos crescimentos verificados de anos transatos.

Durante o ano de 2017, realizou investimentos, quer a nível de recrutamento de recursos humanos, formação dos mesmos e novos equipamentos, por forma ajudar aos seus objetivos estratégicos.

A nossa empresa continua apostada em melhorias continuas, focando-se em 3 pilares: elevada formação técnica dos seus colaboradores; serviço personalizado; e soluções adaptadas ao cliente.

3. Evolução de Negócios

A empresa tem trabalhado fortemente na prospeção para a angariação de novos clientes, por forma a solidificar a sua carteira.

Por outro lado, os aumentos de prémios, por parte das diversas companhias de seguros em diversos produtos, têm continuado a exigir de nós um grande esforço de tempo para fidelização, sendo os mesmos também encarados como oportunidades para novos negócios especialmente de venda cruzada.

4. Perspetivas para o Ano de 2018

Independentemente das dificuldades do mercado na generalidade, seguindo a estratégia que temos implementada e que tem dado resultados muito motivadores, em face da informação em nossa posse e do trabalho que temos vindo a realizar, perspetivamos um ano de 2018 bastante melhor que o de 2017.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe, aos seus acionistas, que o resultado líquido positivo do exercício de 2017, no valor de 447,22 euros seja transferido para as seguintes rubricas:

- ✓ Reservas Legais – 22,36€
- ✓ Resultados Transitados – 424,86€

6. Documentos Legais

Em cumprimento do disposto no art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, a administração da sociedade informa que:

- A sociedade não detém quaisquer sucursais;
- Não existiram quaisquer aquisições e/ou alienações de Ações Próprias.
- A Sociedade não é devedora de qualquer montante referentes á Segurança Social ou de quaisquer outros impostos;
- Deste o termo do exercício económico do qual reflete este relatório, até á presente data, não existiram quaisquer acontecimentos subsequentes que necessitem de respetiva divulgação.

7. Balanço

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2017

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO PERÍODOS	
		2017	2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	13	50 000,00	50 000,00
Reservas legais		6 641,57	6 581,69
Outras reservas		100 740,20	99 602,43
Resultados transitados		148 244,35	162 381,58
		305 626,12	308 545,70
		447,22	1 197,65
		306 073,34	309 743,35
Total do capital próprio		306 073,34	309 743,35
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	3+7+13	32 714,38	41 653,43
		32 714,38	41 653,43
Passivo corrente:			
Fornecedores	3+13	2 363,57	18 442,58
Estado e outros entes públicos	13+15	4 448,53	2 803,57
Financiamentos obtidos	3+13	158,46	
Outras dívidas a pagar	3+13	51 196,19	52 095,21
		58 166,75	73 341,34
		90 881,13	114 994,77
Total do passivo		398 954,47	424 738,12
Total do Capital Próprio e do Passivo			

Página 2 de 2

A Administração

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
A ADMINISTRAÇÃO

A contabilista certificada

62401

Dulce Neto

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS		
		2017	2016	
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	3+6	27 766,81	40 228,31	
Outros investimentos financeiros	3+8	331,78	172,38	
		28 098,58	40 400,69	
Ativo corrente:				
Clientes	3+13	18 390,95	18 761,66	
Estado e outros entes públicos	13+15	579,35	1 143,92	
Outros créditos a receber	3+13	328 721,48	361 047,90	
Diferimentos		44,61	67,31	
Caixa e depósitos bancários	3+4+13	21 119,59	19 316,64	
		368 855,88	384 337,43	
Total do Ativo		396 954,47	424 738,12	

Página 1 de 2

A Administração

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
A ADMINISTRAÇÃO

A contabilista certificada

62401

8. Demonstração de Resultados

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2017

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3+9	136 054,41	119 979,01
Fornecimentos e serviços externos	5	(41 282,02)	(33 654,10)
Gastos com o pessoal	14	(69 371,13)	(63 102,56)
Aumentos/reduções de justo valor	8	(6,07)	
Outros rendimentos			1 000,00
Outros gastos		(9 868,93)	(8 220,24)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 526,28	16 002,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(12 666,99)	(12 490,54)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 869,27	3 511,57
Juros e rendimentos similares obtidos		41,50	13,73
Juros e gastos similares suportados	7	(2 371,95)	(1.417,44)
Resultado antes de impostos		538,82	2 107,66
Imposto sobre o rendimento do período	3+12	(91,80)	(910,21)
Resultado líquido do período		447,22	1 197,65

A Administração

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
A ADMINISTRAÇÃO

A contabilista certificada

62401
Dulce Neto

9. Anexo ao Balanço e á D.Resultados

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

1- Identificação da entidade

Identificação geral

A empresa REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A., NIF.506255360, é uma SOC. ANÔNIMA, constituída em setembro de 2002 e tendo sido transformada em sociedade anónima em Agosto de 2013 , tem a sede em Paredes, exercendo a atividade de corretagem e mediação de seguros.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de PAREDES, sob a Matrícula n.º 506255360 e com o Capital Social de 50000 euros.

Comparabilidade entre exercícios

As quantias relativas ao período de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período de 2016.

2-Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2017. A entidade adota as normas contabilísticas de relato financeiro (NCFR) completas. As contas foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

3- Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das DF

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as NCFR em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

a) Investimentos Financeiros

A mensuração inicial dos investimentos financeiros baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do justo valor.

b) Ativos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas do Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 e do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

c) Contratos de locação financeira:

Os ativos adquiridos mediante contratos de aluguer de longa duração são contabilizados pelo método operacional, pelo que as rendas constituem gastos do exercício a que dizem respeito, não se relevando na situação patrimonial da Empresa o valor desses bens e a respetiva responsabilidade pelas rendas vincendas.

d) Dívidas de terceiros:

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

e) Dívidas a terceiros:

REDE

X

CORRETORES DE SEGUROS

As dívidas a terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

f) Caixa e depósitos bancários:

Os montantes incluídos na rubrica "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, e depósitos à ordem que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

g) Regime do acréscimo:

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

h) Rédito:

O rédito relativo às prestações de serviços decorrentes da atividade ordinária da empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

i) Imposto s/ rendimento do período:

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização de impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com principais princípios contabilísticos aceites em Portugal.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro das informações disponíveis à data, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade destas estimativas.

Juizos de valor

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram utilizados juizos de valor que afetaram a aplicação de políticas contabilísticas bem como as quantias reportadas de ativos e passivos.

4- Fluxos de Caixa

Enquadramento

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

Comentário sobre os saldos significativos não disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

REDE



CORRETORES DE SEGUROS

Desagregação dos valores inscritos de caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2017, o saldo de caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

	2017	2016
Caixa	852,23€	1 573,81€
Depósitos à ordem	20 287,36€	11 742,83€
Outros depósitos bancários		
Total	21 119,59€	13 316,64€

5- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram alteradas políticas contabilísticas relevantes nem foram encontrados erros materialmente relevantes que afetassem as demonstrações financeiras.

Alterações em estimativas contabilísticas e erros com efeitos materiais

Durante o período não ocorreram alterações materiais às estimativas contabilísticas efetuadas nos períodos apresentados. Adicionalmente, não foram detetados ou reconhecidos quaisquer erros materiais.

6- Ativos fixos tangíveis

Divulgações gerais

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e qualquer outros dispêndios diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas do Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 e do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês em que o bém entrou em funcionamento.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de ativos fixos tangíveis:

REDE

~~2017~~

CORRESPONDENTES DE SEGUROS

Exercício Atual

Exercício de 2017

	Ed. e outras	Equipam.	Equipam.	Equipam.	Outros		
	Terrenos	construções	básico	transporte	administrat.	Ativo fixo	Total
Ativo Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2016			48 294,50	18 608,11	599,63	67 502,24	
Aquisições				195,48			
Revalorizações							
Alienações							
Saldo final em							
31 de Dezembro de 2017 (A)			48 294,50	18 603,60	599,63	67 597,73	
Deprec. e perdas p/limpar. acum.							
Saldo em 31 de Dezembro de 2016			10 061,36	17 056,42	158,15	27 276,93	
Depreciações do exercício			12 073,63	508,41	74,95	12 656,99	
Alienações							
Saldo final em							
31 de Dezembro de 2017 (B)			22 134,99	17 564,83	231,10	39 930,92	
Valor líquido (A) – (B)							

Exercício Anterior

Exercício de 2016

	Ed. e outras	Equipam.	Equipam.	Equipam.	Outros		
	Terrenos	construções	básico	transporte	administrat.	Ativos fixos	Total
Ativo Bruto							
Saldo inicial de 2016			4 000,00	17 158,90	599,63	21 758,53	
Aquisições			48 294,50	1 449,21		49 743,71	
Revalorizações							
Alienações			4 000,00			4 000,00	
Saldo final em							
31 de Dezembro 2016 (A)			48 294,50	18 608,11	599,63	67 502,24	
Deprec. e perdas p/limpar. acum.							

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

Saldo inicial de 2016	3 833,33	14 868,86	81,20	18 783,39
Depreciações do exercício	10 228,03	2 167,56	74,95	12 490,54
Alienações	4 000,00			2 235,42
Saldo final em				
31 de Dezembro 2016 (B)	10 081,36	17 056,42	156,15	27 273,93
Valor líquido (A) - (B)	38 233,14	1 551,68	443,48	40 228,31

5- Locações

Divulgações gerais

A classificação das locações em locação financeira ou locação operacional é feita em função da substância do contrato e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inherentes à posse do ativo subjacente. Se tais condições não se verificarem, as locações são classificadas como locações operacionais.

O valor dos bens adquiridos por meio de um contrato de locação financeira é registado no balanço como ativo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Os juros pagos e as depreciações dos ativos são registados na demonstração dos resultados no período a que respeitam, em juros e gastos similares suportados e em gastos de depreciação, respetivamente.

No contrato de locação operacional o valor dos pagamentos efetuados é registado em gastos do período, numa base linear e durante o período do respetivo contrato, e reconhecidos na demonstração dos resultados.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Locações operacionais

A empresa mantém em vigor um contrato de locação operacional, reportado a setembro de 2015, que terminará em agosto de 2019, no qual as rendas pagas, são registadas em gastos do período.

a) Total dos futuros pagamentos mínimos

	Pagamentos mínimos:	
	2017	2018
Até 1 ano	5 282,16	5 282,16
Entre 1 e 5 anos	2 200,00	7 483,06
Mais de 5 anos		

7- Custos de empréstimos obtidos

Divulgações gerais

Os custos incorridos com empréstimos obtidos encontram-se geralmente reconhecidos em gastos de financiamento do período, de acordo com o regime do acréscimo.

REDE

~~SECRETARIA~~

CONCEITOS DE SEGUROS

Exetuam-se os custos com empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis, cujo período de tempo para ficarem disponíveis para uso é considerável, que são capitalizados como parte desse ativo.

A capitalização dos encargos financeiros tem início no momento em que se iniciam os dispêndios com o ativo e termina quando tal ativo está disponível para uso.

Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período e taxa de capitalização

No período a empresa não tem em curso a construção de quaisquer ativos fixos tangíveis, logo não capitalizou quaisquer gastos de financiamento.

8- Investimentos Financeiros noutras entidades

Contabilização inicial e subsequente:

A entidade detém uma participação no fundo de compensação do trabalho cujo o valor de mercado a 31 de dezembro de 2017 é de 331,78€.

9- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transitá de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento, determinado com base nos custos incorridos face aos custos totais previstos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- A fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

	2017	2016
Venda de mercadorias		
Venda de produtos		
Prestação de serviços	136 054,41	119 879,01
Juros	41,50	13,73
Dividendos		
Total	136 095,91	119 992,74

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

ex

10- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

No final de 2017, a empresa apresentava os seguintes passivos contingentes:

Garantia bancária a favor do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Garantias prestadas

As garantias emitidas a favor de terceiros, no final de 2016 e 2015, eram as seguintes:

Beneficiário	Descrição	2017	2016
Novo anco	ASS Garantia bancária	18.760,00	18.760,00

11- Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que são indicativos de condições surgiram após a data de relato não dão lugar a ajustamentos às quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas se forem considerados materiais.

As demonstrações financeiras para o exercício de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 02 de março de 2018.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial e societária em vigor em Portugal.

Após o termo do período e até à presente data não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que, não afetando as quantias reconhecidas, tenham impacto financeiro material no futuro.

12- Impostos sobre o rendimento

Divulgações gerais

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta da soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O gasto (rendimento) de imposto, corrente e diferido, é registado em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados no capital próprio. Situação em que os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da empresa vigentes à data do balanço.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis ou apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

REDE

~~SG~~

CORRETORES DE SEGUROS

São reconhecidos ativos por impostos diferidos unicamente quando se verifica que existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para utilizar esses ativos ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja esperável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o lucro em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 17%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 0,5% do lucro tributável, conforme definido para o conceito.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais da empresa dos últimos 3 anos, além da atual, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo esperável contudo que, de tais revisões, resultam correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

Os principais componentes de gastos de impostos, nos períodos findos em 2016 e 2015 foram:

	2017	2016
Impostos correntes	91,80	810,21
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		
Total Imposto sobre o rendimento	91,80	810,21

Durante os períodos findos em 2017 e 2016 não foram debitadas e creditadas quaisquer quantias relacionadas com impostos diferidos.

13- Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores ficarem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados: ao custo ou custo amortizado; ou ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

REDE



CORRETORES DE SEGUROS

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

Contas a receber / investimentos financeiros

Os saldos de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo ou custo amortizado menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma.

As perdas por imparidade são calculadas com base na antiguidade das contas a receber ou qualquer outra evidência que indique qua a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeito da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Contas a pagar

As contas a pagar (saídos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Instrumentos de capital

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução à quantia inscrita no capital próprio.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

As ações próprias são reconhecidas pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas com a sua alienação são igualmente reconhecidos em capital próprio não afetando o resultado do período.

Quantia escriturada de cada uma das categ. de ativos financ. e pass. financ.

	2017			2016		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada
Caixa e equivalentes a caixa						
Caixa	852,23		852,23	1 673,81		1 673,81
Depósitos bancários	20 267,36		20 267,36	11 742,83		11 742,83

Clientes e outras contas a receber

Clientes

A quantia escriturada de clientes, no período findo em 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Clientes c/corrente geral	18 390,95	18 781,66
Clientes Tit. Receber gerais		
Clientes de Cob. Dividossa		
Imparidades acumuladas		
Total	18 390,95	18 781,66

A antiguidade de saldos de clientes, no período findo em 2017 e 2016, pode ser detalhada do seguinte modo:

Clientes	2017			2016		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada
Não vencidos	18 390,95			18 781,66		
Vencidos						
0 a 90 dias						
90 a 180 dias						
180 a 365 dias						
>365 dias						

REDE

X

CONTROLES DE SEGUROS

Em contencioso		
Em processo de insolvência		
Total	18 390,95	18 761,68

Outras contas a receber

A quantia escriturada de outras contas a receber, no período findo em 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

	2017			2016		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada
Ativo não corrente						
Acionistas/sócios						
Outros ativos financeiros						
Ativo corrente						
Adiant. a fornecedores						
Estado e out. ent. públicas	579,35		579,35	1 143,92		1 143,92
...						
Outras contas a receber	328 721,48		328 721,48	351 047,90		351 047,90
Total	329 300,83		329 300,83	352 191,82		352 191,82

Financiamentos obtidos

No período findo em 2017 e 2016, a entidade apresentava os seguintes saldos de financiamentos obtidos:

	2016	2015
Não corrente		
Empréstimos bancários	32 714,38	41 653,43
Lotação financeira		
Corrente		
Empréstimos bancários		
Lotação financeira		
Total	32 714,38	41 653,43

A empresa contraiu um financiamento junto da Credibom no montante de 47.385,00€ com uma TAE de 5,5%, para financiar a compra de um novo veículo automóvel ligeiro de passageiros. Este financiamento tem a duração de 60 meses e teve início em Abril de 2016.

REDE



COMPONENTES DOS PASSATOS

Fornecedores e outras contas a pagar

A quantia escriturada de fornecedores, no período findo em 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Fomec. c/corrente gerais	2 363,57	18 442,56
Fomec.tit. pagar gerais		
Total	2 363,57	18 442,56

Outras contas a pagar

A quantia escriturada de outras contas a pagar, no período findo em 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Não corrente		
Acionistas/sócios		
Corrente	51 195,19	52 085,21
Acionistas/sócios		
Estado e outros entes públicos	4 446,53	2 803,57

Instrumentos de capital próprio emitidos

No final de 2016, o capital social da empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 10 000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco euros cada uma.

A quantia escriturada de instrumentos de capital próprio empresa no final de 2017 e 2016 apresentava o seguinte detalhe:

	2017	2016
Capital Social	50 000	50 000
Ações próprias:		
Valor nominal		
Prémio		
Outros instrum. de cap. próprio		
Total	50 000	50 000

14- Benefícios dos empregados

Divulgações gerais

Os benefícios dos empregados incluem os encargos suportados pela entidade com os seus trabalhadores.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gasto da entidade no período em que os correspondentes serviços são prestados.

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar.

As gratificações a título de participação nos lucros são reconhecidas em gastos com o pessoal no período em que os lucros são gerados se houver uma convicção forte de que as mesmas vão ser aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas.

Benefícios curto prazo

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração dos resultados são exclusivamente benefícios de curto prazo. Também não existem benefícios de cessação de emprego.

O número médio de empregados da empresa em 2017 foi de 5, tem sido admitido em abril de 2017 uma nova colaboradora para a área administrativa, foi demitido um colaborador em novembro de 2017.

15- Divulgações exigidas por diplomas legais

Outras informações

Proposta de aplicação de resultados

A administração propõe em assembleia geral que o resultado líquido do período no montante de 447,22€ seja distribuído da seguinte forma:

- 22,36€ para constituição da reserva legal obrigatória
- 424,86€ para resultados transitados

É uma opção da administração dotar a empresa de capitais próprios fortes para fazer face às exigências do mercado, por isso a opção por não distribuição dos resultados disponíveis.

Dívidas ao setor público

Informa-se que a empresa à data de encerramento das contas do período de 2017 tem a sua situação "regularizada" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

Divulgações adicionais

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de reseguros (Norma regulamentar do ISP n.º 15/2009R de 12 de janeiro de 2010) elaborado em anexo.

A Administração

REDE CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
ADMINISTRAÇÃO

A Contabilista Certificada

6240

Dafne Nito

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Norma regulamentar do ISP n.º 15/2009R de 12 de Janeiro de 2010.

Identificação da entidade

EXÉRCITO DE 2017

A empresa REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A., NIF.506 255 360, é uma Sociedade Anónima, constituída em Setembro de 2002, tendo sido transformada em sociedade anónima em Agosto de 2013. Tem a sede na cidade de Paredes, distrito do Porto, exercendo a atividade de corretagem e mediação de seguros desde Dezembro de 2013.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de PAREDES, sob a Matricula n.º 506 255 360 e com o Capital Social de 50.000,00 euros e registada no Instituto de seguros de Portugal com o n.º 613398939/3, com certificado de mediador n.º 2013/2829.

Divulgações adicionais - Artigo 4º

a) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC e respetivas NCRF, o reconhecimento das remunerações é feito de acordo com a Norma contabilística de relato financeiro 20 tal como está descrito na nota 3 e nota 7 do anexo ao balanço e demonstração de resultados.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Remunerações em numerário

<i>Tipo</i>	<i>Valor</i>
Comissões	136.054,41 €
Juros de depósitos	41,50 €

REDE

X

CORRETORES DE SEGUROS

- c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro por nós intermediados desagregadas por ramo "Vida", fundos de pensões e conjunto dos ramos "Não Vida" e por Origem.

Todas as remunerações obtidas em 2017 têm origem em empresas de seguros. Até 31 de Dezembro de 2017, a Rede - Corretores de seguros, S.A. não tem formalizado quaisquer contratos com outros mediadores.

	<i>Empresas de seguro</i>	<i>Outros mediadores</i>	<i>Clientes</i>
<i>Comissões ramo Vida</i>	3.948,41€	0€	0€
<i>Comissões ramos Não Vida</i>	132.106,00€	0€	0€
<i>Fundos de Pensões</i>	0€	0€	0€

- d) Remunerações obtidas por empresas de seguro, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

<i>companhia</i>	<i>descrição</i>	Total p/ companhia	%
1010	Liberty Seguros	1 800,89 €	1,324%
1011	Companhia Seguros Fidelidade	39 358,42 €	28,928%
1021	Generali Vida	180,57 €	0,133%
1026	Lusitania Companhia de Seguros	1 962,26 €	1,442%
1028	Companhia seguros Allianz Portugal	23 165,05 €	17,026%
1029	Real vida Seguros	73,57 €	0,054%
1039	Ageas Portugal Seguro de vida	262,52 €	0,193%
1129	Ageas Portugal	12 069,82 €	8,871%
1132	Zurich - Companhia Seguros Vida	129,76 €	0,095%
1133	Caravela – Companhia de Seguros	1 062,13 €	0,781%
1145	Mapfre Seguros Gerais	6 183,66 €	4,545%
1184	Zurich Insurance plc	31 756,45 €	23,341%

REDE

~~O~~

CORRETÓRIES DE SEGUROS

1186	Mapfre Seguros de Vida	57,78 €	0,042%
1188	Metlife Europe	1 048,57 €	0,771%
1194	Generali Companhia Seguros	4 836,23 €	3,555%
1197	Seguradoras Unidas	12 106,73 €	8,898%
	Total	136 054,41€	100,000%

e) Valores da conta clientes (tomadores de seguros) no início e final do exercício, e volume movimentado no ano.

Saldo Inicial	18.761,66€
Movimento a débito	635.646,18€
Movimento a crédito	636.016,89€
Saldo Final	18.390,95€

f) Contas A receber e a pagar desagregadas por origem

Contas a Receber

Tomadores de seguros	18.390,95€
Empresas de seguros	5.526,56€
Outros mediadores	0,00€
Clientes	0,00€

Contas a Pagar

Tomadores de seguros	0,00€
Empresas de seguros	18.859,04€
Outros mediadores	0,00€
Clientes	0,00€

REDE

[Handwritten signature]

CORRETORES DE SEGUROS

g) Contas a receber e a pagar segregadas:

	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0,00€	18.859,04€
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	18.390,95€	0,00€
Fundos confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários	0,00€	0,00€
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados	0,00€	0,00€
Remunerações respeitantes a prémios de seguros por cobrar	0,00€	0,00€

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato

Todos os montantes registados nas contas a receber dizem respeito a atividade normal da empresa no último exercício e estão dentro dos prazos contratados para o seu recebimento. Não existem montantes a receber vencidos e não recebidos, por isso não foram criadas quaisquer imparidades para os montantes a receber à data de relato.

i) Garantias Colaterais detidas a título de caução

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

Existe uma garantia bancária, subscrita no Novo Banco, com o número 00388038, no valor de 18.760,00€ (dezolito mil setecentos e sessenta euros) por forma a cumprir com o exigido pela alínea d) do n.º 1 do art.º 19 do Decreto Lei n.º 144/2006 de 31 de Julho e pelo Decreto Lei n.º 359/2007 de 2 de Novembro.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Não aplicável no exercício de 2017.

k) Contratos cessados com empresas de seguros nos termos do artigo 45.º do decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de julho, alterado pelo decreto-lei n.º 359/2007, de 2 de novembro e eventuais indemnizações de clientela

Não aplicável no exercício de 2017.

l) Natureza das obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável no exercício de 2017.

[Handwritten signature]
PTEF - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
A ADMINISTRAÇÃO

Contabilidade
60401
Dafne Neto

10. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

DEZEMBRO 2017

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		60 717,88	51 118,59
Pagamentos a Fornecedores		(32 849,62)	(27 241,05)
Pagamentos ao Pessoal		(54 737,86)	(44 072,34)
Caixa gerada pelas operações		(26 869,60)	(20 194,80)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(2 740,77)	(3 326,56)
Outros recebimentos/pagamentos		53 467,50	34 139,89
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		23 857,13	10 618,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		(195,49)	(49 885,48)
Ativos intangíveis		(154,91)	(65,74)
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis			1 000,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		34,59	10,28
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(315,81)	(48 940,94)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			47 385,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		(7 935,48)	(7 406,22)
Juros e gastos similares		(2 989,22)	(2 981,05)
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento		(3 483,95)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(14 408,65)	36 997,73
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		9 132,67	(1 324,68)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 316,64	14 641,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		22 449,31	13 316,64

A Administração

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
A ADMINISTRAÇÃO

A contabilista certificada

62401

Dulce Nelo

11. Relatório de Gestão



REDE – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2017

Introdução

Em conformidade com o que está preceituado no pacto social e nos termos das disposições aplicáveis pelo Código das Sociedades Comerciais, a Administração da REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral da Sociedade o Relatório de Gestão referente ao Exercício de 2017.

Evolução da atividade da empresa

A atividade da empresa durante o ano de 2017 decorreu de forma bastante satisfatória.

A Administração da empresa tinha como objetivo neste ano de 2017, um crescimento a 2 dígitos em cada uma das seguradoras com que trabalha, situação que não foi possível atingir em alguns casos devido a dificuldades comerciais em colocar novos negócios nessas companhias de seguros, pela falta de competitividade das mesmas. Contudo, noutras, por compensação, o crescimento foi superior ao esperado.

Os resultados obtidos pela empresa no último exercício, situaram-se por isso dentro dos valores expectáveis.

Conforme estratégia delineada a médio-longo prazo, e ao trabalho sustentado realizado, existe uma certeza que o crescimento de 2018 será superior ao de 2017..

Análise da situação económico-financeira da empresa

A situação comparada dos vários indicadores da empresa apresenta-se no quadro seguinte(*valores em euros*):

	2016	2017
Comissões	119.979,01€	136.054,41€
Resultado antes de impostos	2.107,86€	538,82€
Resultado líquido	1.197,65€	447,22€
Ativo corrente	384.337,43€	368.855,88€
Ativo não corrente	40.400,69€	28.098,59€
TOTAL DO ACTIVO	424.738,12€	396.954,47€
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	309.743,35€	306.073,34€
TOTAL DO PASSIVO	114.994,77€	90.881,13€
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	424.738,12€	396.954,47€

Análise da situação económico-financeira da empresa



O exercício de 2017 foi influenciado pelo acréscimo do volume de comissões, passando de 119.979,01€ em 2016 para 136.054,41€ em exercício findo em 2017. Tal situação deveu-se a crescimento, mais particularmente no ramo de seguros para empresas.

Mesmo apesar dos investimentos realizados, a empresa mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria. Contudo, não gerou suficiente receita para remunerar os seus acionistas, tal como estava previsto.

Recursos Humanos

No que se refere à evolução dos efetivos, em inicio de 2017 a empresa recrutou uma nova colaboradora e em Novembro de 2017 dispensou o colaborador que tinha contratado em Outubro de 2016, pelo que os seus colaboradores efetivos foram 4.

Condições do Mercado

O mercado segurador continua em boa recuperação.

Por outro lado, a nova legislação Solvência II e o inicio da Nova Diretiva de Distribuição têm gerado muitas mudanças no mercado, diminuindo as seguradoras e criando maior exigência ao agentes.



Porém, todas as mudanças, sendo para melhoria da profissão, são bem vindas e a nossa empresa está preparada e tem encarado as diversas alterações como novas oportunidades de negócio.

Investimentos

Não foram realizados investimentos relevantes em 2016.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não se verificaram factos relevantes que necessitem de reporte.

Evolução previsível da atividade

Prevê-se, com um otimismo prudente que, mesmo apesar das ainda existentes dificuldades de mercado, que o ano de 2018 será ainda melhor do que o de 2017.

A análise da evolução da atividade nos primeiros meses de 2018 perspetiva, com ambição e otimismo, alcançar os objetivos de crescimento a que a empresa se propôs.

Considera-se que a empresa está dotada de instalações, recursos humanos e tecnológicos adequados para fazer face ao desejável crescimento do seu negócio.

Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2017, no valor de 447,22 euros seja transferido para as seguintes rubricas:

- ✓ Reservas Legais – 22,36€
- ✓ Resultados Transitados – 424,86€

Nota final

As Empresas, Entidades e Públco em Geral que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Empresa.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Administração expressa o seu agradecimento.

Paredes, 15 de Março de 2018,

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
ADMINISTRAÇÃO

12. Variações de Capital

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

							Montantes expressos em EUROS (sem decimais)					
MOVIMENTOS NO PERÍODO		Notas	Capital suscrito	Ações (c/uctas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos s / outras variações no capital próprio	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	50 000					6 582	99 602	152 362		1 198	309 743
Alterações no período:												309 743
Primeira adopção do referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de dem. financeiras												
Realização de excedentes de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Otras alterações reconhecidas no CP												
	7							60	1 138	(4 117)		
Resultado líquido do período	8							6 642	100 740	148 244		
Resultado integral	9 = 7+8										447	447
Operações com detentores de CP:												
Subscrições de capital											447	447
Subscrições de prémios de emissão											447	447
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	10	67+8+10						6 642	100 740	148 244	447	306 073
		50 000										306 073

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível
 AI = Activo Intangível
 CP = Capital Próprio

Página 2 de 2

A Administração

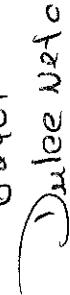


REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
ADMINISTRAÇÃO



60401

A Contabilista Certificada



Dulce Mafio

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

									Montantes expressos em EUROS (sem decimais)							
MOVIMENTOS NO PERÍODO			Notas	Capital suscrito	Ações (quotas), próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados translatados	Excedente de revalorização	Ajustamento s / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSição NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1			50 000					€ 582	99 602	146 915		5 446	308 546		308 546
Alterações no período:																
Primeira adopção dc referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de dírn.financieras																
Realização de excedentes de revalorização																
Excedentes de revalorização																
Ajustamentos por impostas diféncias																
Outras alterações reconhecidas no CP																
	2															
Resultado líquido do período	3															
Resultado integral	4=2+3															
Operações com detentores de CP:																
Subscrições de capital																
Subscrições de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
POSição NO FIM DO PERÍODO 2016	5			50 000					€ 582	99 602	152 362		1 198	309 743	309 743	

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível
 AI = Activo Intangível
 CP = Capital Próprio

Página 1 de 2

A Contabilista Certificada
 C2401
 Dulce Noia

REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
 A ADMINISTRAÇÃO

13. Relatório e Parecer do Fiscal Único



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei e do mandato que me conferiram, apresento o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dou parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Administração da sociedade **REDE-Corretores de Seguros, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhei, com a periodicidade e a extensão que considero adequada, a actividade da empresa. Verifiquei os livros de escrituração, registos e documentos. Vigiei também pela observância da lei e dos estatutos.

Em resultado do trabalho de revisão legal efectuado, emiti a Certificação Legal das Contas, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado à Administração.

No âmbito das minhas funções, verifiquei que:

- (i) A contabilidade, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- (ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- (iii) O relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- (iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Nestes termos, sou de parecer que:

- (i) Aprovem o relatório da gestão e as contas do exercício de 2017 apresentadas pela Administração;
- (ii) Aprovem a proposta de aplicação de resultados contida no relatório da gestão;
- (iii) Procedam à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e delas tirem as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 15 de junho de 2018

José Fernando de Sá Reis

(ROC nº 990)

14. Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **REDE-Corretores de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2017 (que evidencia um total de 396.954,47 euros e um total de capital próprio de 306.073,34 euros, incluindo um resultado líquido de 447,22 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **REDE-Corretores de Seguros, S.A.** em 31/12/2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.
- Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso

José Fernando de Sá Reis
Revisor Oficial de Contas
Inscrito na GROC sob o n.º 990

relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 15 de junho de 2018

José Fernando de Sá Reis
José Fernando de Sá Reis
(ROC nº 990)